

ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DAS TEORIAS DE PIAGET E VYGOTSKY: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Gilva Miranda Marinho¹
Leonardo Moraes Armesto²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar criticamente as contribuições das teorias do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget e Lev Vygotsky para subsidiar práticas pedagógicas na alfabetização infantil. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, utilizando obras clássicas dos autores, estudos contemporâneos e documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A teoria de Piaget enfatiza a importância dos estágios de desenvolvimento e dos processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, considerando a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento. Por outro lado, Vygotsky destaca o papel das interações sociais e da mediação cultural na aprendizagem, introduzindo conceitos como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e a internalização das funções psicológicas superiores. A integração dessas perspectivas demonstra que a alfabetização é um processo ativo e social, no qual as crianças formulam hipóteses sobre a escrita e avançam na compreensão do sistema alfabético à medida que participam de práticas letradas significativas. O estudo evidencia que uma prática pedagógica eficaz deve considerar tanto o respeito ao ritmo de desenvolvimento individual da criança, como proposto por Piaget, quanto o papel fundamental das interações mediadas, conforme defendido por Vygotsky. As análises também dialogam com a BNCC e as DCNEI, que orientam o professor a atuar como mediador, organizando ambientes alfabetizadores ricos e significativos. Conclui-se que estratégias de alfabetização fundamentadas nessas teorias favorecem a aprendizagem ativa, o protagonismo infantil e a inserção da criança em práticas sociais de leitura e escrita, contribuindo para uma educação mais inclusiva e contextualizada.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Desenvolvimento Cognitivo; Educação Infantil; Piaget; Vygotsky.

ABSTRACT: This article aims to critically analyze the contributions of Jean Piaget's and Lev Vygotsky's theories of cognitive development to inform pedagogical practices in early childhood literacy. The research was conducted through a qualitative literature review, utilizing the authors' classic works, contemporary studies, and official documents such as the National Common Curricular Base (BNCC) and the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI). Piaget's theory emphasizes the importance of developmental stages and the processes of assimilation, accommodation, and equilibration, considering the child as an active subject in the construction of knowledge. On the other hand, Vygotsky emphasizes the role of social interactions and cultural mediation in learning, introducing concepts such as the Zone of Proximal Development (ZPD) and the internalization of higher psychological functions. Integrating these perspectives demonstrates that literacy is an active and social process, in which children formulate hypotheses about writing and advance their understanding of the alphabetic system as they participate in meaningful literacy practices. The study highlights that effective pedagogical practices must consider both respect for the child's individual

¹Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera-PR (2018-2021). Graduada em Artes Visuais pelo Centro Universitário Cidade Verde-PR (2025-2025). Pós-Graduada em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Focus-PR (2025-2025). E-mail: gilvamarinho@gmail.com

²Orientador: Doutor e Mestre em Engenharia, Multigraduado, Multiespecialista e Coordenador Pedagógico de Pós-Graduação e Pesquisa. Orientador e Professor de Trabalhos de Curso. E-mail: leonardo.armesto@faculdefocus.com.br.

developmental pace, as proposed by Piaget, and the fundamental role of mediated interactions, as advocated by Vygotsky. The analyses also align with the BNCC (National Context for Childhood Education) and the DCNEI (National Curricular Guidelines for Children and Adolescents), which guide teachers to act as mediators, organizing rich and meaningful literacy environments. The conclusion is that literacy strategies based on these theories foster active learning, child empowerment, and the inclusion of children in social reading and writing practices, contributing to a more inclusive and contextualized education.

KEY WORDS: Literacy; Cognitive Development; Early Childhood Education; Piaget; Vygotsky.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização infantil no Brasil tem sido historicamente marcada por desafios relacionados às desigualdades sociais, às políticas públicas de educação e às diferentes concepções de ensino e aprendizagem. Nas últimas décadas, importantes avanços ocorreram, especialmente com a implementação de documentos normativos como a DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Esses marcos legais reforçam a importância de práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem de maneira lúdica, significativa e respeitosa ao desenvolvimento integral da criança.

A DCNEI (2009) define que o currículo da Educação Infantil deve articular as experiências das crianças com saberes socialmente construídos, assegurando o desenvolvimento integral. Segundo a BNCC (2018) na Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem garantir experiências que assegurem às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A realidade das salas de aula brasileiras ainda dificulta a oferta de experiências alfabetizadoras que vão além da antecipação ou escolarização tradicional. Muitos professores enfrentam o desafio de conciliar as exigências legais, as expectativas das famílias e as necessidades individuais das crianças em um cenário de turmas numerosas, falta de recursos e necessidade de formação continuada.

Nesse contexto, torna-se essencial recorrer a referenciais teóricos sólidos que orientem práticas pedagógicas coerentes com o desenvolvimento infantil. As teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky oferecem fundamentos valiosos para pensar a alfabetização de forma integral.

Piaget (1977) destaca o papel ativo da criança na construção do conhecimento, por meio de processos como assimilação, acomodação e equilíbrio. Defende que a aprendizagem é um processo ativo, em que a criança constrói seu conhecimento a partir da interação com o meio e da experimentação, reorganizando suas estruturas cognitivas.

Vygotsky (1991) enfatiza a importância das interações sociais e da mediação cultural, apresentando conceitos como a Zona de Desenvolvimento Proximal e a

internalização das funções psicológicas superiores.

Ao integrar essas duas perspectivas, é possível conceber práticas de alfabetização que respeitem tanto os estágios de desenvolvimento cognitivo da criança quanto a importância das interações sociais e culturais para a aprendizagem. Assim, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira as teorias de Piaget e Vygotsky podem subsidiar práticas de alfabetização na Educação Infantil que respeitem o desenvolvimento cognitivo das crianças?

O artigo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, considerando obras clássicas dos autores mencionados, estudos contemporâneos sobre o tema e documentos oficiais como a DCNEI e a BNCC. A partir dessa análise, pretende-se contribuir para o debate educacional, fornecendo subsídios teóricos que orientem práticas pedagógicas mais coerentes, significativas e alinhadas às necessidades e potencialidades das crianças.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentos teóricos de Piaget

Piaget (1977) desenvolveu uma teoria abrangente sobre o desenvolvimento cognitivo, estruturada em estágios sequenciais que representam formas distintas de pensar e compreender o mundo. Ele identifica quatro estágios principais: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Cada estágio é caracterizado por formas específicas de raciocínio e construção do conhecimento, que se tornam progressivamente mais complexas.

No estágio sensório-motor (0 a 2 anos), a criança constrói conhecimento por meio de ações físicas e da percepção sensorial. Embora anterior à alfabetização, esse estágio é fundamental, pois estabelece as bases para a noção de permanência do objeto e o início da linguagem.

O estágio pré-operatório (2 a 7 anos), que corresponde à faixa etária da Educação Infantil, é marcado pelo pensamento simbólico e egocêntrico. As crianças desenvolvem a capacidade de representar objetos e eventos por meio de palavras, desenhos e brincadeiras. Nessa fase, elas começam a formular hipóteses sobre a escrita e a reconhecer a função social da linguagem escrita, mesmo sem dominar o sistema convencional.

O estágio operatório concreto (7 a 11 anos) caracteriza-se pelo desenvolvimento de operações lógicas aplicadas a situações concretas. A criança torna-se capaz de compreender relações de causa e efeito, conservação e classificação, habilidades importantes para a leitura e escrita mais avançadas.

Por fim, o estágio operatório formal (a partir de 12 anos) envolve a capacidade

de pensamento abstrato e hipotético-dedutivo. Embora não esteja diretamente relacionado à Educação Infantil, ele representa a culminância do desenvolvimento cognitivo descrito por Piaget.

Piaget (1977) enfatiza que a aprendizagem ocorre pela interação entre assimilação e acomodação, em um processo contínuo de equilíbrio. A criança não recebe passivamente os conhecimentos, mas os constrói ativamente por meio da interação com o meio e com os objetos de conhecimento.

Assim, na alfabetização, é essencial que as propostas pedagógicas respeitem o nível de desenvolvimento da criança, oferecendo desafios adequados que possibilitem avanços cognitivos progressivos.

De acordo com Souza e Carvalho (2020), a teoria de Piaget entende que o desenvolvimento cognitivo é construído ativamente pela criança por meio de sua interação com o ambiente físico e social, envolvendo processos de assimilação e acomodação que permitem reorganizar continuamente suas estruturas mentais.

O construtivismo piagetiano destaca a criança como sujeito ativo na interação com seu ambiente físico e social para construção do conhecimento. A assimilação é a incorporação de novas informações aos esquemas mentais já existentes, enquanto a acomodação é a modificação desses esquemas para se ajustarem à nova realidade.

Ferreiro e Teberosky (1999) explicam que a criança constrói ativamente hipóteses sobre o funcionamento da escrita, avançando gradualmente até compreender o sistema alfabético.

A pesquisa de Ferreiro e Teberosky, influenciada pela teoria construtivista de Jean Piaget, revelou que as crianças passam por uma sequência de níveis de conceitualização da escrita, que são marcos na sua jornada rumo à compreensão do sistema alfabético. As autoras demonstraram que a criança não é um receptor passivo de informações, mas um sujeito que constrói ativamente hipóteses sobre o funcionamento da escrita.

2.2 Fundamentos teóricos de Vygotsky

Vygotsky (1991) apresenta uma abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano, ressaltando que as funções psicológicas superiores têm origem nas interações sociais. Para ele, a aprendizagem é um processo mediado culturalmente, no qual a linguagem desempenha papel central como ferramenta de pensamento e comunicação. A internalização ocorre quando a criança transforma interações externas em funções cognitivas internas, consolidando o aprendizado.

Correa (2017), afirma que o desenvolvimento psicológico da criança, segundo a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, não é regido por leis naturais universais,

mas sim moldado pelas condições sociais e históricas em que a criança está inserida. Destaca ainda que, para Vygotsky, os processos biológicos são subordinados ao desenvolvimento cultural, o que leva à diferenciação entre funções psicológicas elementares (comuns a homens e animais) e funções psicológicas superiores (exclusivamente humanas, de origem cultural).

O conceito de mediação é fundamental em sua teoria: o conhecimento é construído a partir da interação entre o aprendiz e um mediador – que pode ser um professor, colega mais experiente ou mesmo recursos culturais, como livros e jogos. Essa mediação cria condições para que a criança avance em seu desenvolvimento.

Vygotsky argumenta que a aprendizagem ocorre primeiro em um nível social, por meio da interação com os outros, e depois é internalizada pela criança, tornando-se parte de seu desenvolvimento individual.

Outro ponto central de sua teoria é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa o espaço entre o que a criança já é capaz de fazer sozinha e o que pode realizar com auxílio de outra pessoa. O aprendizado desperta processos internos de desenvolvimento que só podem ocorrer quando a criança interage com outras pessoas em atividades colaborativas. A atuação pedagógica eficaz deve se situar nesse espaço, oferecendo apoio para que a criança supere gradualmente desafios que ainda não conseguiria enfrentar de forma autônoma.

Na alfabetização, essas ideias indicam que o professor deve planejar atividades que proporcionem desafios possíveis, mas que exijam cooperação e interação. Situações como rodas de leitura, escrita coletiva e projetos em grupo são exemplos de práticas que favorecem a aprendizagem dentro da ZDP. Dessa forma, a teoria de Vygotsky reforça a importância de ambientes ricos em interações sociais, nos quais a criança constrói conhecimento de forma colaborativa e significativa.

Soares (2012), se apropria do pensamento vygotskiano para desenvolver e aprofundar o conceito de letramento, distinguindo-o da simples alfabetização. De acordo com a autora, o conceito de letramento vai além da mera alfabetização, que é a aquisição da tecnologia de ler e escrever. Argumenta que o letramento é um fenômeno social e um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita.

Nessa perspectiva, uma pessoa pode ser considerada letrada, mesmo que não seja totalmente alfabetizada, se ela se envolve em práticas sociais de leitura e escrita, como, por exemplo, uma criança que folheia livros e ouve histórias. O letramento, nesse sentido, não apenas confere habilidades individuais, mas altera o estado e a condição social e cultural do indivíduo, transformando sua forma de pensar e sua inserção na sociedade.

2.3 Relações das teorias com a alfabetização

A DCNEI (2009) e a BNCC (2018) orientam que a Educação Infantil deve garantir experiências integradas de linguagem, ludicidade e interação social. Esses documentos reforçam que o professor deve atuar como mediador do processo de aprendizagem, garantindo interações significativas, e reconhecem a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento, valorizando sua participação e protagonismo nas atividades propostas. As teorias de Piaget e Vygotsky apresentam contribuições complementares para compreender a alfabetização na Educação Infantil.

Piaget (1977) defende que a aquisição da escrita é um processo ativo de construção do conhecimento, no qual a criança, como um “pequeno cientista”, elabora e testa hipóteses sobre como a escrita funciona, buscando compreender a relação entre fala e registro gráfico. Para ele, a criança não imita simplesmente o adulto, mas constrói ativamente seu entendimento sobre o sistema de escrita, avançando conforme suas estruturas cognitivas se desenvolvem.

A pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1999), baseada nos pressupostos piagetianos, descreve os níveis de conceitualização da escrita – pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético – pelos quais a criança passa ao formular e revisar suas hipóteses. As autoras destacam que a escrita é um sistema simbólico complexo, cuja lógica interna precisa ser descoberta pela criança, o que reforça a ideia de que aprender a escrever é um processo construtivo e progressivo, diretamente relacionado ao desenvolvimento cognitivo.

Vygotsky (1991), nos ensina que a linguagem é um instrumento central no processo de mediação, sendo por meio dela que a criança organiza o pensamento e constrói novos significados. Defende que a linguagem não é apenas uma forma de comunicação, mas a principal ferramenta simbólica que a cultura oferece para moldar as funções psicológicas superiores, como o pensamento abstrato, a memória voluntária e a atenção dirigida. Antes da linguagem, o pensamento da criança é mais concreto e intuitivo. É ao internalizar a linguagem - primeiro através da fala social, depois da fala egocêntrica e, finalmente, da fala interior - que ela adquire a capacidade de planejar, resolver problemas e se autorregular. A linguagem, portanto, age como uma ponte entre o mundo exterior e o mundo interior da criança, mediando sua relação com o conhecimento e a cultura.

Soares (2012) em sua obra “Letramento: um tema em três gêneros” amplia essa discussão ao destacar que alfabetização e letramento são processos interdependentes. O letramento implica não apenas a capacidade de ler e escrever,

mas a inserção em práticas sociais de leitura e escrita que deem sentido a essas habilidades. A alfabetização, por si só, é insuficiente se a criança não for letrada, ou seja, se não for capaz de usar a linguagem escrita como ferramenta para interagir com a cultura e com o conhecimento. Ser letrado, nesse sentido, é a materialização da teoria de Vygotsky na cultura escrita: é usar a linguagem como instrumento para construir significados e participar ativamente do mundo social.

Sousa e Andrade (2024) nos instruem que a alfabetização deve ser trabalhada de forma integrada ao letramento, permitindo que a criança vivencie situações reais de leitura e escrita. Defendem que a alfabetização não deve se restringir à codificação e decodificação, mas deve ser trabalhada na perspectiva do letramento, que leva em conta os usos sociais da leitura e as funções da escrita na sociedade. Isso se traduz na importância de a criança participar em práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, vivenciar situações reais que dão sentido a essas habilidades.

Enquanto a alfabetização envolve a apropriação do sistema alfabético e de suas convenções, o letramento refere-se ao uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos. Assim, a Educação Infantil deve garantir experiências que integrem o aprendizado do código escrito e a inserção das crianças em práticas sociais significativas de leitura e escrita.

Na perspectiva piagetiana, a alfabetização deve considerar os estágios cognitivos, proporcionando situações que estimulem a construção ativa do conhecimento. Para Vygotsky, o ensino da leitura e da escrita deve ocorrer em contextos interativos, em que a mediação do professor e de colegas mais experientes potencialize o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ambas as teorias, apesar de terem pontos de partida diferentes (a construção individual para Piaget e a interação social para Vygotsky), são complementares e oferecem uma visão rica sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

A integração dessas concepções indica que a alfabetização não pode ser reduzida à memorização mecânica de letras e sons. É necessário criar ambientes alfabetizadores ricos, nos quais as crianças tenham contato com diferentes gêneros textuais, possam experimentar a escrita de forma espontânea e participem de atividades que deem sentido ao ato de ler e escrever. Assim, o professor atua como mediador e organizador de experiências que respeitem o desenvolvimento cognitivo e promovam práticas de letramento desde a Educação Infantil.

2.4 Implicações práticas para a sala de aula da Educação Infantil

A BNCC (2018) estabelece que a Educação Infantil deve proporcionar experiências que garantam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento,

valorizando a interação, a ludicidade e a participação ativa das crianças. Para isso, o documento define seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A DCNEI (2009) ressalta o papel da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e ampliando a concepção da criança como sujeito histórico e de direitos. Ela reforça a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, e estabelece as interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas pedagógicas.

A combinação das perspectivas de Piaget e Vygotsky aponta para a importância de estratégias pedagógicas que respeitem as particularidades do desenvolvimento infantil e, ao mesmo tempo, favoreçam interações sociais significativas.

É essencial que o professor planeje atividades que unam experiências individuais e coletivas, considerando os interesses e as hipóteses das crianças sobre a leitura e a escrita. Tanto a BNCC quanto a DCNEI destacam que essas práticas devem ser mediadas pelo professor, mas centradas na participação ativa das crianças, respeitando seus direitos de aprendizagem e promovendo seu protagonismo.

As práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, garantindo experiências que favoreçam a imersão nas diferentes linguagens e o contato com a cultura escrita. Exemplos práticos incluem rodas de conversa e leitura compartilhada, nas quais o professor atua como mediador, estimulando a participação e a construção coletiva de sentidos.

Para Piaget (1977), o ensino deve respeitar os estágios de desenvolvimento cognitivo da criança, evitando a antecipação de conteúdos que estejam além de suas capacidades de compreensão. Já para Vygotsky (1991), o papel do professor é criar situações de ensino que estejam na Zona de Desenvolvimento Proximal das crianças, permitindo que elas avancem em suas capacidades cognitivas com apoio adequado.

Aprender a ler e escrever significa, simultaneamente, aprender as formas do sistema de escrita e as funções sociais da linguagem escrita. Oficinas de escrita espontânea, uso de letras móveis, contação de histórias com reconto pelas crianças e produção coletiva de textos são estratégias que possibilitam avanços na compreensão do sistema de escrita, respeitando o estágio cognitivo de cada aluno.

De acordo com Jófili (2002), o professor é mediador e organizador de situações em que a criança constrói o conhecimento, propondo desafios compatíveis com seu desenvolvimento. A autora, enfatiza a importância de o professor ser um tipo de colega mais experiente que atua na zona de desenvolvimento proximal da criança, propondo desafios que impulsionem o seu desenvolvimento.

A organização do ambiente também é fundamental: salas alfabetizadoras devem conter materiais variados como livros, revistas, cartazes, etiquetas e cantinhos de leitura, possibilitando que as crianças interajam com a linguagem escrita em situações reais e significativas. Para Sousa e Andrade (2024), a prática docente ideal para a alfabetização é aquela que se insere na perspectiva do letramento, levando em conta os usos sociais e as funções da escrita na sociedade. Nesse contexto, a falta de material didático adequado, por exemplo, é um obstáculo para essa prática. A função do professor é inserir a criança no mundo da cultura escrita, o que válida a importância de um ambiente alfabetizador rico e significativo.

Por fim, a parceria com as famílias potencializa os resultados, pois amplia as oportunidades de contato com a leitura e a escrita fora da escola. Ao unir teoria e prática, o educador se torna capaz de oferecer experiências alfabetizadoras que promovem a autonomia, a colaboração e o desenvolvimento pleno das crianças. A parceria entre a escola e a família é um pilar fundamental para o sucesso do processo de alfabetização. Quando a escola e a casa dialogam e se complementam, as crianças têm mais oportunidades de interagir com a leitura e a escrita em diferentes contextos, o que amplia a relevância e o significado dessas habilidades.

Ao unir a teoria (como as concepções de Piaget e Vygotsky) com a prática pedagógica, o educador consegue criar uma ponte entre o conhecimento formal e a realidade da criança. Ele pode, por exemplo, propor projetos que envolvam as famílias, como a criação de um livro de receitas em que as crianças coletam as informações em casa ou a escrita de cartas para os avós.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em referenciais teóricos clássicos e contemporâneos que discutem o processo de alfabetização na Educação Infantil, com ênfase nas contribuições de Jean Piaget e Lev Vygotsky.

A pesquisa bibliográfica, conforme descrito por Gil (2002), se baseia na análise de materiais já publicados, como livros e artigos científicos, para obter respostas e construir reflexões sobre um problema de pesquisa sem a necessidade de coletar dados empíricos.

A seleção de artigos científicos foi realizada a partir de bases de dados como SciELO, Google Scholar, Biblioteca Virtual da UNESP. As palavras-chave incluíram desenvolvimento cognitivo, alfabetização infantil, Piaget, Vygotsky, Educação Infantil, linguagem escrita. Além disso, foram priorizados estudos de obras clássicas e livros atualizados com relevância acadêmica reconhecida. Também foram analisados

documentos normativos brasileiros.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador analisar materiais já publicados por meio de técnicas como leitura exploratória e fichamento, possibilitando identificar conceitos centrais, pontos de vista dos autores e convergências ou divergências entre eles.

Nesse sentido, o processo de construção deste artigo envolveu três etapas iniciais: 1. Leitura exploratória e seletiva, destinada a identificar os textos mais adequados ao tema; 2. Leitura analítica, voltada à compreensão dos conceitos centrais, hipóteses defendidas e articulações entre os autores; 3. Leitura interpretativa e fichamento temático, para sistematizar as principais ideias, destacando convergências e divergências e elaborando um quadro crítico de análise.

Posteriormente, a análise dos conteúdos buscou integrar teoria e prática, evidenciando as contribuições das teorias de Piaget e Vygotsky para o processo de alfabetização e relacionando-as aos princípios estabelecidos nas diretrizes nacionais. Esse procedimento possibilitou uma discussão crítica e fundamentada sobre as estratégias de alfabetização na Educação Infantil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórica demonstra que Piaget e Vygotsky fornecem bases complementares para o processo de alfabetização na Educação Infantil. A combinação dessas duas teorias não gera contradição, mas uma visão mais completa e robusta: a criança é um sujeito ativo que constrói seu próprio conhecimento (Piaget), mas essa construção é fundamentalmente mediada e potencializada pelas interações com o outro (Vygotsky). Juntas, elas orientam uma prática pedagógica que é ao mesmo tempo respeitosa com o ritmo individual da criança e rica em estímulos sociais e culturais.

Piaget evidencia a importância de respeitar os estágios de desenvolvimento cognitivo, garantindo que as propostas pedagógicas estejam alinhadas às capacidades reais da criança. Segundo o autor, o desenvolvimento intelectual ocorre de forma contínua e progressiva, sendo impulsionado por situações de desequilíbrio cognitivo que levam a novas acomodações. O desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios sucessivos, cada um caracterizado por formas específicas de pensar e compreender a realidade.

A perspectiva de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo é um dos pilares do construtivismo e oferece uma base sólida para a prática pedagógica. Para ele, o desenvolvimento da inteligência é um processo ativo, no qual a criança constrói seu próprio conhecimento por meio da interação com o ambiente. Essa construção não é

aleatória, mas segue uma sequência de estágios, cada um com suas características e limitações. Piaget descreveu o desenvolvimento intelectual em quatro estágios principais: sensório-motor, pré-operacional, operatório-concreto e operatório-formal. Cada estágio representa uma forma diferente de pensar e de organizar a realidade.

O respeito a esses estágios é fundamental, pois significa que o professor deve propor atividades que sejam desafiadoras, mas não impossíveis para a capacidade cognitiva da criança naquele momento. Forçar a aprendizagem de um conceito que a criança ainda não tem a estrutura mental para compreender resultaria em uma aprendizagem superficial e mecânica.

O processo de aprendizagem, para Piaget, é impulsionado por situações de desequilíbrio cognitivo. Isso acontece quando a criança se depara com uma nova informação ou experiência que não se encaixa em seus esquemas mentais atuais. Para resolver esse conflito, ela precisa acomodar suas estruturas mentais, modificando-as para integrar a nova informação. A proposta pedagógica piagetiana, portanto, não é de transmitir conhecimento, mas de criar situações-problema que provoquem esse desequilíbrio e estimulem a criança a encontrar soluções, construindo ativamente novas formas de pensar. Compreendemos que a teoria de Piaget orienta o professor a ser um facilitador do desenvolvimento. Ao invés de ser o detentor do conhecimento, o professor se torna um organizador de experiências que respeitam o ritmo de desenvolvimento da criança e estimulam sua curiosidade, sua capacidade de resolver problemas e sua autonomia intelectual.

Vygotsky enfatiza a relevância das interações sociais e da mediação cultural, destacando que o aprendizado ocorre de forma mais efetiva quando mediado por adultos ou colegas mais experientes. Por meio da interação social, a criança internaliza instrumentos culturais, desenvolvendo funções psicológicas superiores. Em sua teoria histórico-cultural, coloca a interação social no centro do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Ele defende que as funções psicológicas superiores, como o pensamento, a memória e a atenção voluntária, não são inatas, mas se desenvolvem a partir de interações com o meio social e cultural.

Para Vygotsky, a mediação cultural desempenha um papel crucial. A mediação ocorre por meio de instrumentos e signos, sendo a linguagem o mais importante deles. É através da linguagem que o conhecimento socialmente construído é transmitido de uma geração para a outra e de uma pessoa para a outra. O professor, nesse sentido, atua como um mediador, auxiliando a criança a internalizar esses instrumentos culturais.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é a grande

contribuição de Vygotsky para a educação. A ZDP é a distância entre o que a criança já consegue fazer sozinha (seu nível de desenvolvimento real) e o que ela é capaz de fazer com o auxílio de um adulto ou de um colega mais experiente (seu nível de desenvolvimento potencial). Segundo o autor, o aprendizado é o que impulsiona o desenvolvimento. Assim, o papel do professor é justamente atuar nessa zona, oferecendo o suporte necessário para que a criança avance em suas capacidades cognitivas. Entendemos que a abordagem vygotskiana na educação enfatiza a importância de um ambiente colaborativo e mediado, onde o aprendizado da leitura e da escrita, por exemplo, não é apenas um processo individual, mas uma construção social que se dá pela interação e pelo uso de ferramentas culturais.

Ao articular as teorias de Piaget e Vygotsky com as contribuições de outros autores, observa-se que a alfabetização deve ser entendida como um processo ativo e social, no qual as crianças formulam hipóteses sobre a escrita enquanto participam de práticas letradas significativas. O processo de alfabetização é, portanto, um percurso construtivo em que a criança passa de hipóteses iniciais sobre a escrita para uma compreensão cada vez mais próxima do sistema alfabético. Isso evidencia a necessidade de ambientes alfabetizadores que combinem estímulos cognitivos adequados com experiências sociais de leitura e escrita.

A integração dessas perspectivas oferece aos educadores um referencial robusto para a prática docente, permitindo que organizem propostas pedagógicas que considerem a diversidade de ritmos e formas de aprendizagem. O debate entre as concepções de Piaget e Vygotsky permite repensar as práticas educativas, destacando o papel ativo da criança e a importância da mediação social na aprendizagem.

Contudo, a implementação dessas teorias enfrenta desafios, como a formação continuada de professores, as condições materiais das escolas e as pressões sociais por resultados imediatos. Assim, os resultados reforçam que o ensino da leitura e da escrita na Educação Infantil deve ser planejado de forma intencional, respeitando o desenvolvimento infantil e valorizando as interações sociais como ferramentas fundamentais para a aprendizagem. Com base na revisão bibliográfica, os resultados evidenciam a complementaridade entre as teorias de Piaget e Vygotsky para fundamentar práticas alfabetizadoras coerentes com o desenvolvimento infantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que as contribuições de Piaget e Vygotsky fornecem fundamentos essenciais para uma alfabetização que respeite as características

cognitivas e sociais das crianças. A alfabetização deve ser acompanhada do letramento, garantindo que a criança vivencie situações reais de uso da escrita, e não apenas a aprendizagem mecânica do código.

A análise das teorias mostrou que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo ativo, no qual a criança constrói conhecimento a partir de interações com o meio e com outras pessoas. Piaget defende que o aprendizado ocorre em estágios, sendo necessário respeitar o ritmo da criança e oferecer desafios compatíveis com suas estruturas cognitivas em formação. Vygotsky argumenta que a aprendizagem precede o desenvolvimento e é potencializada pela interação social, sendo a mediação pedagógica essencial para que a criança alcance novos níveis de competência.

Para a prática docente, recomenda-se que os professores desenvolvam propostas pedagógicas que combinem experiências individuais e coletivas, valorizando o brincar, a exploração e o diálogo como estratégias de aprendizagem. Essas recomendações estão em consonância com a BNCC (2018) e DCNEI (2009), que atribuem ao professor o papel de mediador e organizador de experiências, reconhecendo a criança como protagonista de seu processo de aprendizagem.

A teoria histórico-cultural possibilita ao professor entender que a aprendizagem escolar é essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, devendo ser organizada de forma intencional. A formação continuada dos educadores é indispensável para que possam compreender e aplicar os conceitos dessas teorias em sala de aula, planejando atividades alinhadas ao desenvolvimento infantil.

Além disso, políticas públicas devem garantir condições adequadas de trabalho, materiais pedagógicos diversificados e oportunidades de formação para os professores. A análise das teorias de Piaget e Vygotsky é fundamental para a construção de políticas e práticas educacionais que respeitem o desenvolvimento infantil. Tais ações contribuem para a efetivação de práticas alfabetizadoras consistentes e para a melhoria da qualidade da Educação Infantil. Como perspectiva para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos empíricos que avaliem, na prática, os efeitos das estratégias pedagógicas baseadas nas teorias de Piaget e Vygotsky na alfabetização infantil. Esses estudos podem auxiliar na identificação das melhores práticas e contribuir para aprimorar as metodologias de ensino, favorecendo assim um aprendizado significativo e alinhado às necessidades cognitivas e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as **DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: out. 2025.

CORREA, C. R. G. L. **A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas**. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 379-386, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yZmjRzBCCsdJXWQ37ZLtt9M/>. Acesso em: out. 2025.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JÓFILI, Z. **Educação: Teorias e Práticas Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola**. Educação: Teorias e Práticas, Recife, v. 2, n. 2, p. 191-208, dez. 2002. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7560/7560.PDF>. Acesso em: out. 2025.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOUSA, L. Q de; ANDRADE, L. R. F de. **Aprendizagem da criança no processo de alfabetização e letramento**. REPAN, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 22-33, 2024. Disponível em: <http://www.repan.periodikos.com.br/article/668c710ca953952033697173>. Acesso em: out. 2025.

SOUZA, M de; CARVALHO, D. C de. **A linguagem e a construção do real pela criança: contrapontos entre Lev S. Vygotsky e Jean Piaget**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15176/209209215865>. Acesso em: out. 2025.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.